

Aumento para médico vai até 81%

Reajuste previsto no Plano de Cargos e Salários será em cinco etapas. A primeira, em março

FOTOS: SHEYLA LEAL

RICARDO CALLADO

O governador Joaquim Roriz assinou, ontem, durante solenidade dos 25 anos de criação do Sindicato dos Médicos, a mensagem do projeto de lei para criação de Planos de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) para médicos e demais servidores da saúde, que será encaminhado à Câmara Legislativa. O maior aumento atinge 81,8% e será concedido em cinco etapas. A primeira em março de 2004. Em 2005, novos reajustes de salários, nos meses de março e setembro e em 2006, março e julho.

O impacto financeiro nos cofres do GDF, em 2004, será de R\$ 84 milhões e no final das cinco etapas, chegará a R\$ 230 milhões. "Os recursos para colocar o plano de carreira estão garantidos e virão do Fundo Constitucional do Distrito Federal", disse o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino.

O reajuste tem variação de 2,8% a 81,8% para os médicos; 20,9% a 50% para o servidor de nível superior, como enfermeiras; 17,8% a 44% para o nível técnico, como auxiliares de enfermagem, e entre 11% e 34,4% para o nível básico, que enquadra os cargos de apoio operacional. Os médicos, por exemplo, terão em março um salário inicial de R\$ 4.584,04 e os que estão em final de carreira de R\$ 5.008,71, para 40



Governador Roriz com o secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, e o senador Paulo Octávio durante assinatura da mensagem

horas de trabalho. Já em julho de 2006, o salário inicial será de R\$ 5.920 e final de carreira de R\$ 8.509.

ALMOÇO - A mensagem do PCCS foi assinada durante o almoço do Sindicato dos Médicos (SindMédico) e reuniu autoridades do governo e da

oposição. A confraternização contou com o senador Paulo Octávio (PFL), os deputados federais José Roberto Arruda (PFL), Tadeu Filippelli (PMDB), Maria José Maninha (PT) e Wasny de Roure (PT) e os distritais Arlete Sampaio (PT), Augusto Carvalho (PPS), Eurides Brito (PMDB), José

Edmar (PT), Odilon Aires (PMDB) e Eliana Pedrosa (PFL).

O PCCS foi elaborado por técnicos da Secretaria de Saúde e da Secretaria de Gestão Administrativa, coordenada pela secretária Cecília Landim. "O objetivo deste plano é levar satisfação aos

médicos e conseguir assim um melhor atendimento à população", considerou Landim.

Ela adiantou que está sendo estudada a elaboração de um concurso público para o próximo ano, "mas é preciso analisar primeiro qual será o impacto financeiro da primeira etapa do PCCS", informou.

PRINCIPAIS PONTOS DO PCCS

GRATIFICAÇÃO

■ Instituição de gratificação de titularidade, a partir de janeiro de 2005, nos seguintes percentuais: doutorado, 30%; mestrado, 20%; mais de uma especialização, 15%; uma especialização, 7%. O pagamento não será feito de forma cumulativa.

JORNADA

■ A opção para a jornada de 40 horas decorrerá da iniciativa da Secretaria de Saúde, mediante estudo das unidades carentes, que serão periodicamente avaliadas quanto às metas a serem alcançadas.

■ As 40 horas são uma antiga reivindicação dos médicos, que podem se dedicar a um único emprego mas só ganham estabilidade depois de três anos nesta jornada. Para alteração da jornada de 40 para 20 horas, o pedido deve ser feito com 90 dias de antecedência.

FÉRIAS DE 40 DIAS

■ A partir de 2005, os profissionais que atuam em Unidades de Tratamento Intensivo (UTIs) e pronto-socorros terão asseguradas férias de 40 dias, divididas em dois períodos de 20 dias.

COMISSÃO DE SAÚDE

■ Uma Comissão de Saúde, com representantes da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Gestão Administrativa e do Sindicato dos Médicos, será criada para deliberar sobre os pontos administrativos do PCCS.